

A mulher no cenário da cultura escolar brasileira: do século XVIII ao XXI

Women in the culture of Brazilian schools: from
the 18TH century through the 21ST century

Ada Augusta Celestino Bezerra

Universidade Tiradentes- UNIT

Isabela Araujo Lima

Universidade Tiradentes PPED/ UNIT

Resumo: As discussões das obras elencadas nas referências deste artigo, alusivas à educação brasileira, levam-nos a tecer uma breve análise sobre a posição da mulher no cenário educacional brasileiro entre o século XVIII e o início do século XX, avançando em seguida para a situação da mulher neste século, quando já nos aproximamos do fechamento de suas primeiras duas décadas. Aqui ressaltamos as suas atuações, como parte dos sujeitos escolares, quais sejam professoras e alunas, diretoras de escolas, etc., inseridas em contextos históricos específicos, palcos de preconceitos, estereótipos e atrasos, mas também para as mudanças vindouras, assim como no seu cotidiano de mulher esposa, mãe, trabalhadora e amante. O estudo está ancorado em questões sociais, econômicas e políticas que têm permeado o período delimitado. A pesquisa bibliográfica tomada como aporte metodológico contempla as obras “As Reformas Pombalinas no Brasil”, de Thais Fonseca, “A mulher de posses e a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no Século XVIII”, de Vera Maria dos Santos, “O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836”, de Gilberto Luiz Alves, e “Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República”, de Luciano Mendes de Faria Filho, assim como as produções do Observatório de Educação do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (OBEDUC/GPGFOP/PPED/UNIT/CAPES/CNPq), frutos de trabalhos teórico-empíricos. Assim, proporcionamos como contribuição acadêmica a discussão e o estudo dessa temática tão atual com o objetivo de situar a mulher e seu papel nos idos da formação da Educação Brasileira e no contexto da sociedade atual, via aprofundamento e sob o olhar da reflexão. A partir dos estudos realizados, verificamos que a mulher ainda possui um longo caminho a percorrer para a crescente valorização da sua atuação social, destacando-se o seu papel na Educação.

Palavras-chave: Mulher. Cultura escolar brasileira. Séculos XIII a XXI. Sujeitos escolares. Mulher Trabalhadora.

Abstract: The discussions on the Brazilian education literature references listed in this article lead us to report a brief analysis about the position of women in the Brazilian education scenario between the 18th century and the early 20th century, and then their situation in this century as we approach the closing of its two first decades. We highlight both their roles as teachers, students, school principals, etc, inserted in specific historical contexts, which served as settings for prejudice, stereotypes and hindrance, but also for long-lasting changes, and their routine as wives, mothers, workers and lovers.

The study is based on the social, economic and political issues that have permeated the stated period. Literature review used as a methodological input includes such publications as “*As Reformas Pombalinas no Brasil*” by Thais Fonseca, “*A mulher de posses e a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no Século XVIII*” by Vera Maria dos Santos, “*O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*” by Gilberto Luiz Alves, and “*Dos pardeiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*” by Luciano Mendes de Faria Filho, as well as the theoretical-empirical research productions from the Education Observatory of the Research Group in Public Policies, Socio-Educational Management and Teacher Training, which belongs in the Graduate Program in Education (OBEDUC/GPGFOP/PPED/UNIT/CAPES/CNPq). We thus provide an in-depth and reflective discussion and study of such updated theme as an academic contribution in order to identify women and their role both in the past Brazilian educational development and in current society. Based on the studies made, we verified that women still have a long way to go before their social role – especially that in education – is duly valued.

Keywords: Women. Brazilian school culture. 18th to 21st centuries. School subjects. Female worker.

Introdução

A contribuição da mulher na modernidade, nas diferentes áreas da sociedade, torna-se visível com os avanços experimentados em todos os campos, destacando-se o campo da Educação. A presença da mulher nas escolas, nas universidades e no mercado de trabalho, na família como mães de alunos ou em diferentes profissões, entre as quais, diretoras, inspetoras, pedagogas, psicólogas, secretárias, administradoras ou empresárias mostra-nos que a mulher deixou de ser a ‘professorinha’ do passado para alçar voos maiores na sociedade.

Nos séculos XVIII e XIX, a mulher era preparada para ser uma boa esposa, matriarca, religiosa, dona de casa ou serviçal devotada a serviços domésticos; quando muito, escolheria o magistério. Educar crianças como mãe, mais tarde, como professora seria obviamente tarefa essencialmente feminina. Acumulando responsabilidades nos cuidados com o marido, com as crianças e com os idosos, conduzindo a casa, abraçando o casamento ou a vida religiosa, reproduziram-se os estereótipos de docilidade e subalternidade da mulher.

A partir do século XX, não obstante sua crescente inserção no mercado de trabalho e as conquistas acumuladas de muitos direitos, com relevante contribuição em vários setores da sociedade, as mulheres ainda enfrentaram dificuldades para ocupar postos de direção, acumulando obrigações nos estudos (formação continuada), no trabalho, nos afazeres domésticos, na maternidade, nos relacionamentos, seguindo exigências dos padrões estéticos, morais e religiosos.

Nas obras selecionadas para este estudo, vislumbramos um período importante para a afirmação social e identitária da mulher no campo da educação,

destacadamente, no período que compreende os séculos XVIII, XIX e início do século XX. Com o objetivo de discutirmos a posição da mulher no cenário da cultura escolar, nesse contexto, apresentamos pontos relevantes identificados como contribuição teórica para chegarmos ao entendimento das lutas femininas até os dias de hoje.

É bom ser mulher. Essa condição tem sido descrita em prosa, verso e celebrada no mundo inteiro. Em alguns casos, porém, pode traduzir uma história de preconceitos, violência, humilhação, constrangimento ou até de morte. Recentemente, esse tema da violência contra a mulher constituiu-se em tema do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM 2015), por sua atualidade, embora incautos tenham estranhado.

Nosso pressuposto é que a convivência construtiva entre homens e mulheres e superação de relações de opressão, assim como a participação em programas promovidos por diversos organismos internacionais e nacionais, a exemplo da OAB/SE pelo fim da violência contra a mulher – em parceria com entidades públicas e privadas nas áreas de educação, saúde, justiça e segurança -, promovem mudanças progressivas nesse quadro. Na área de educação, destaca-se o papel dos professores e professoras, como intelectuais, cientistas políticos, que podem estar sedimentando uma nova cultura e uma contra hegemonia às relações estabelecidas entre homens e mulheres na produção de sua existência.

A estrutura deste artigo parte dessa breve introdução, em que expomos a justificativa, objetivos, relevância da temática, a síntese da metodologia utilizada e os limites do alcance argumentativo. Em seguida, o corpo do trabalho assume o cerne da discussão, com uma revisão teórica na área da educação brasileira, em uma seção e, em outra, relatando síntese de pesquisa feita no sertão sergipano. A partir daí, esboçamos algumas considerações finais.

Séculos XVIII, XIX e início do século XX: mudanças na educação brasileira e na condição da mulher

Na reforma pombalina, após 1759, com novas práticas culturais e pedagógicas do Despotismo Esclarecido, as mulheres começaram a ocupar mais espaços na escola, nas salas de aula, com as aulas régias financiadas pelo subsídio literário, devido ao aumento do número de escolas elementares e à criação da Diretoria Geral de Estudos (1772), que controlava as aulas particulares e conteúdos didáticos. Mais tarde, após 1808, as mulheres ocuparam espaço no ensino superior, com a chegada da família real ao Brasil (FONSECA, 2011).

O Marquês de Pombal foi um homem à frente de seu tempo, que bebeu das fontes dos ideais iluministas no berço da Revolução Industrial na Inglaterra (1760 - 1840) e da Revolução Francesa (1789). No Brasil, implantou mudanças significativas para a Educação, mesmo não rompendo definitivamente com a Igreja Católica.

Anteriormente, no período colonial, a educação brasileira esteve sob a égide dos jesuítas, voltados à catequese e à formação da nova elite masculina. As mulheres estavam em posição inferior no sistema escolar, considerando-se que poderiam ser educadas apenas na catequese, de acordo com sua condição étnico-racial. De acordo com a procedência familiar, as mulheres poderiam ter aulas particulares nos domicílios, com preceptores, sendo as aulas vigiadas e com conteúdo restrito, quando não havia o enclausuramento em conventos. Assim, a mulher era educada para ser boa esposa, mãe, dona de casa ou religiosa; quando não, índia ou escrava. (FONSECA, 2011)

Algumas mulheres, com a reforma pombalina, oficialmente, puderam ingressar nos estudos superiores para o magistério e ocupar cargos públicos de professoras. Houve a inserção feminina no magistério público, com posição no mercado de trabalho. Entretanto, a diferença salarial entre homens e mulheres foi documentada desde 1831, com o primeiro decreto que instituiu concursos públicos, permitindo-se a diferenciação da remuneração por gênero. O critério de escolha para ocuparem os cargos levava em consideração o mérito, a capacidade, a procedência familiar e a ‘honestidade’, com comprovação de boa índole, fato que não se estendia aos homens.

Ainda assim, a formação continuada da mulher era prejudicada, pois o seu currículo escolar era mais restrito, não contendo todas as matérias das escolas das primeiras letras; além disso, havia poucas Escolas Normais destinadas ao público feminino. No entanto, algumas mulheres alfabetizadas e dominando a escrita comercial e adquirindo o conhecimento das leis conseguiram administrar negócios dos maridos falecidos ao na ausência deles. O Estado de Sergipe, segundo Santos (2016), representou o ambiente propício à “circulação do saber” e que influenciou a vida das mulheres de posses de Sergipe, no período da capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII. Na época recebiam a “instrução própria de seu sexo”, porém, sendo letradas ou não, essas mulheres viveram em ambiente rural, administrando engenhos e alambiques, sítios, criações de animais, administrando escravos, negociando produtos, chefiando a família na ausência do patriarca e ainda instruindo elementarmente seus filhos, assumindo o papel de tutoras. Além disso, a lealdade dessas mulheres à Coroa Portuguesa constituiu um mecanismo importante na administração da Colônia, como um pacto de interesses mútuos, sustentando a ordem social estabelecida.

Assim, entendo que a lógica da mulher de posses em manter o seu patrimônio à lógica da nação portuguesa de adequar a vida dos

sergipanos (educar e instruir) ao novo projeto de nação foi fundamental para se manter aquele novo projeto. [...] Desse modo, as mulheres dotaram-se dos meios que lhes permitiram perpetuar a sua linhagem, preservar os seus bens e sua condição social, havendo, conforme mencionei, uma orquestração de interesses mútuos. (SANTOS, 2016, p. 310)

Nesse cenário, entre 1800 e 1836, destacamos o pensamento burguês no Seminário de Olinda. A figura importante de Azeredo Coutinho inovou, trazendo para o Brasil um currículo escolar diferenciado, sistematizado, com disciplinas e sequenciação que, além da divulgação de trabalhos científicos, valorizava a língua local e a gramática em português do Brasil, incentivando o detalhamento artístico e científico das riquezas naturais do país. Azeredo Coutinho era favorável à expansão de Portugal por meio do desenvolvimento de nosso país; embora reforçasse a influência monárquica portuguesa, apresentava ideais vanguardistas burgueses. (ALVES, 2001)

No final do Império e início da República, houve um aumento significativo da participação das mulheres no cenário educacional, quando muitas meninas puderam frequentar escolas, havendo necessidade crescente de profissionais da educação para atender a demanda. As escolas mistas, destinadas a ambos os sexos, foram autorizadas no país a partir de iniciativa de ideais protestantes, metodistas e presbiterianos, apesar de ainda haver a separação por gênero, em horários diferentes, dias alternados, alas e prédios separados.

Na primeira década do século XX, com a criação dos grupos escolares, o corpo docente predominantemente feminino ainda encontrava resistência para a ocupação de cargos de direção nas escolas. Assim, o nível secundário ainda era dominado pelo professorado masculino, bem como as funções de inspeção e diretoria, entre outras, eram preponderantemente destinadas aos homens, considerados mais enérgicos, disciplinados, organizados.

A proclamação da República em 1889 trouxe consigo a necessidade de transformação da sociedade brasileira a partir de uma nova ordem voltada ao progresso e a hábitos higienistas adequados à sociedade industrial e urbana. A mudança também se fazia presente no mobiliário e nas edificações mais setorizadas e adequadas ao ensino que se queria promover. Assim, alguns grupos escolares foram considerados ‘palácios escolas’ e edificados como construções imponentes representativas do ideal republicano.

Nesse movimento de conformação de uma urbanidade republicana, uma cultura escolar era produzida: novas competências, novos saberes, novas identidades, novas hierarquias profissionais se configuravam no espaço escolar; novas rotinas, hábitos e obrigações também novas, impostas a meninos e

meninas, produziam-nos como alunos desses palácios do saber. (FARIA FILHO, 2000, p. 11)

Aos poucos, a necessidade de profissionais dedicados a atribuições na escola fez surgir a divulgação de uma cultura escolar, com a construção e consolidação de uma cultura também urbana que trouxe teorias novas acerca da educação escolar. Essa identidade profissional dos professores que passou a substituir os ‘funcionários indiferentes’ por “pessoal técnico suscetível de se apaixonar pela causa a lhes ser confiada” é um dos traços constitutivos do conjunto do corpo docente da época, notadamente das professoras que atingiram cargos de direção. (FARIA FILHO, 2000)

O magistério, por sua vez, transformou-se, dadas as mudanças históricas e sociais experimentadas, colocando a mulher em destaque e numa posição, em tese, mais valorizada, mais independente e mais reconhecida que outrora.

As relações homens e mulheres Século XXI no Brasil e no Sertão Sergipano (nordeste do país)

A pesquisa empírica que passa a nos fundamentar¹ foi realizada pelo OBEDUC/UNIT e confirma a persistência de preconceitos e da cultura de violência contra a mulher em pleno século XXI, não obstante as conquistas sociais asseguradas em lei. Trata-se da permanência do ordenamento patriarcal, cujas consequências são expostas parcialmente pela mídia, com novos padrões da violência homicida, no Brasil e no mundo, focados na problemática da vitimização feminina.

Nossa premissa é que homens e mulheres, ao longo da história da humanidade, têm vivenciado modos de produção de existência que, progressivamente, aperfeiçoam as formas de exploração econômica de grupos sobre outros, alcançando o modelo de classes sociais no modo capitalista de produção, com a contrapartida da violência e elevação das desigualdades diante do neoliberalismo e suas novas configurações. Assim, homens e mulheres são igualmente oprimidos, especificamente por sua condição social de desapropriados dos meios de produção, vítimas de um mesmo sistema. Digladiarem-se entre si só enfraquece a luta maior por uma sociedade justa e estabelece cruel microfísica do poder machista por dentro das concretas condições materiais de vida.

Em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA), com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada no Brasil em 1995 pela Convenção de Belém do Pará, definiu a violência como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou

sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Com o advento da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – fala-se mais abertamente sobre essa violência e desmistificam-se grandemente os estereótipos da mulher, criados por esta sociedade patriarcal.

Pesquisa publicada em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), referente a 3.810 entrevistados em 2013, aponta algumas constatações contraditórias: 78% concordaram totalmente com a prisão para maridos que batem em suas esposas e 89% discordaram da afirmação “um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher”.

Entretanto, quase três quintos desse mesmo grupo de entrevistados, 58%, concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”; 63% concordaram, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”; 89% dos entrevistados tenderam a concordar que “a roupa suja deve ser lavada em casa”; 82% afirmam que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.ⁱⁱ

Verificamos o quanto ainda é forte a presença de preconceitos nessa área, o que facilita a perpetuação da cultura de dominação e violência contra a mulher. Precisamos da reforma do pensamento como requisito da mudança das práticas.

Para finalizar apresentamos resultado parcial da análise de trinta e duas produções textuais de alunos do ensino médio (EM) da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), do semiárido sergipano, sobre o tema “Pelo fim da violência contra a mulher”. Após assistirem ao filme *Anjos do Sol* e desenvolverem discussões e reflexões sobre os diferentes tipos de violência sofridos pela mulher, fizeram um contraponto com suas experiências e histórias de vida, com a orientação de 8 docentes locais. Dos participantes, 81,25% (26) declararam-se do sexo feminino e 18,75% (6) do sexo masculino, fruto da pesquisa da qual participei pelo OBEDUC/UNIT/CAPESⁱⁱⁱ, já citada e referida na nota nº 2. Usamos análises textuais discursivas baseadas na metodologia metafórica proposta por Moraes e Galiazzi (2007).^{iv} Segue uma das configurações do universo de representações constatado entre alunos da EJA/EM do sertão sergipano sobre a luta pelo fim da violência contra a mulher.



Fonte: OBEDUC/UNIT/CAPES (Powered by Wordle.com) Data: 2014.

Fica aqui o desafio para cada um de nós, em particular para as novas gerações: qual o inventário pessoal e coletivo sobre essa temática? E qual nossa posição? É muito importante essa tomada de posição, inclusive pelas instituições, não para prestar exames, mas para prestar contas da luta conjunta, construir lições de vida e práticas sociais cada vez mais amplas e efetivas, na luta unitária pela transformação social.

Considerações Finais

Os padrões de identidade entre os gêneros fizeram emergir novos paradigmas de comportamento, em que mulheres sensíveis e atuantes fazem a diferença no meio em que vivem, qual seja a escola, a sala de aula. Assim, a intensificação de publicações e pesquisas científicas que incorporam as questões de gênero sobre a inserção da mulher no âmbito da cultura educacional, dentre os mais variados sujeitos escolares, possui contribuição fundamental para dar visibilidade aos esforços realizados quanto à posição social da mulher.

Historicamente, a escolarização feminina, ou seja, o seu lugar como aluna e profissional da educação, enfatizando-se períodos brasileiros da Colônia e Império, passou por diversos desafios que culminaram em avanços sociais. Havia, portanto, inúmeras restrições para a inclusão das mulheres na escolarização e no exercício da profissão, salientando-se o magistério e as funções de direção escolar.

No entanto, percebe-se que, no início do século XX, as mulheres assumem papel fundamental para as metamorfoses sociais em que historicamente estavam inseridas, assumindo maiores posições na cultura escolar brasileira, inclusive

chegando a cargos de direção, sendo mais valorizadas e assumindo identidades profissionais diferenciadas no magistério. Esses fatos representam parte da luta das mulheres por atingirem seus ideais, por vezes demonstrando sua capacidade de liderança, ao substituírem os patriarcas na administração de negócios da família, em sua ausência, a exemplo de Sergipe.

A partir dos estudos realizados, advimos que a mulher ainda possui um longo caminho a percorrer para a crescente valorização da sua atuação social, destacando o seu papel na Educação, tanto na formal, quanto na informal e não formal.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BEZERRA, Ada A. C.; SILVA, Ranússia P.; NASCIMENTO, George E. do Formação docente contextualizada a partir das produções textuais de jovens e adultos sobre a violência de gênero. **Revista de Ciências Humanas - Educação** | v. 16 | n. 26 | p. 123-139 FW | Rio Grande do Sul, Universidade URI, Jul. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

OBEDUC/UNIT/CAPES. **Relatório**. Observatório de Educação/ Universidade Tiradentes Sergipe/Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior. 2014

OSÓRIO, Rafael G.; FONTOURA, Natália. **SIPS 2014 - sistema de indicadores de percepção social – tolerância social à violência contra as mulheres – original**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24438&Itemid=1>

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posses e a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no Século XVIII**. Fortaleza: Imprece, 2016.

Notas:

ⁱ BEZERRA, Ada A. C.; SILVA, Ranússia P.; NASCIMENTO, George E. do Formação docente contextualizada a partir das produções textuais de jovens e adultos sobre a violência de gênero. **Revista de Ciências Humanas - Educação** | v. 16 | n. 26 | p. 123-139 FW | Rio Grande do Sul, Universidade URI, Jul. 2015.

ⁱⁱ OSÓRIO, Rafael G.; FONTOURA, Natália. SIPS 2014 - sistema de indicadores de percepção social – tolerância social à violência contra as mulheres – original. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24438&Itemid=1>

ⁱⁱⁱ OBEDUC/UNIT/CAPES – Observatório de Educação/ Universidade Tiradentes/Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior.

^{iv} MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

Sobre as autoras:

Ada Augusta Celestino Bezerra é Pós-doutora em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Portugal, 2012). Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas – RJ. Pedagoga. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Doutorado/Mestrado em Educação do PPEd/ UNIT) e do Curso de Pedagogia da UNIT.

Isabela Araujo Lima possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes/ SE (2005), Pós-graduação em Lighting Design e Projetos Luminotécnicos pela Universidade Castelo Branco/ RJ (2009). Graduação em Direito pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe/ SE (2014). Está cursando pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Guanambi / BA. Mestranda em Educação/UNIT-Universidade Tiradentes desde 2017.

Recebido em 30/10/2017

Aceito para publicação em 10/02/ 2018